

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Guanhães Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Perfil Corporativo

A **Guanhões Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhões Energia”)** é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Brasal Energia S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%).

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh (Pzero), a partir de janeiro de 2018.

As controladas diretas, composta por 4 Pequenas Centrais Hidroelétricas e que juntas totalizam uma potência instalada de 44 MW médios, estão descritas na nota explicativa “Entidades Investidas”, e compõem o Grupo Guanhões (“Grupo Guanhões” ou “Grupo”).

Entidades Investidas

- I. A **PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Fortuna II, situada no município Fortuna II, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica.

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- II. A **PCH Jacaré S.A. (“Companhia” ou “PCH Jacaré”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Jacaré, situada no município Jacaré, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

A PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- III. A PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia” ou “PCH Senhora do Porto”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Senhora do Porto, situada no município Senhora do Porto, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

A PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

Em 22/09/2025, por meio da Carta GNE nº 083/2023, a companhia comunicou a indisponibilidade da PCH Senhora do Porto, informando que a paralisação temporária das unidades geradoras ocorreria em razão do avanço das obras de reforma e de melhoria das condições de estabilidade global das estruturas civis, bem como da execução de manutenções eletromecânicas nas unidades geradoras. As intervenções em curso possuem caráter preventivo e corretivo, decorrendo de estudos técnicos de estabilidade e de revisões periódicas de segurança (RPS 2024), e visam melhorar as condições de estabilidade global das estruturas e aumentar o nível de segurança operacional do vertedouro, de forma a continuar a atender plenamente as exigências da Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 1.064/2023.

Além das intervenções corretivas e preventivas, haverá a adequação eletromecânica do dispositivo de vazão residual da PCH Senhora do Porto, com objetivo de manter a disponibilidade contínua desse dispositivo para operação, algo que trará ganhos operativos para a usina e, por conseguinte, ao sistema. A adequação do dispositivo de vazão residual propiciará a eliminação do vertimento turbinável e o vertedouro passará a ser utilizado apenas para a passagem de cheias. A existência do dispositivo de vazão reduzida permitirá o pleno aproveitamento do recurso hídrico para a geração de energia, sem perda de vazão pela superfície vertente do vertedouro.

O cronograma das atividades de adequação civil e mecânica ocorrerão dentro do período de até um ano, o que possibilitará a PCH Senhora do Porto retomar o fluxo normal de operação.

Considerando que, o conjunto de atividades proporcionará um ganho operativo, a ANEEL já se manifestou em reunião que não irá aplicar nenhuma penalização quanto a operação comercial e medição de indicadores de desempenho durante esse período.

Em 2026, os esforços estarão destinados ao restabelecimento à condição normal de operação da usina. Todas as atividades de reconstrução seguirão respeitando os prazos estabelecidos com o órgão regulador, de forma a não incorrer em riscos de suspensão da operação comercial, o que permite a usina se mater no MRE e usufruir dos seus benefícios

- IV. A PCH Dores de Guanhões S.A. (“Companhia” ou “PCH Dores de Guanhões”)** é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Dores de Guanhões, situada no município Dores de Guanhões, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 14 MW.

A PCH Dores de Guanhões foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de

19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

A Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

Em 2025, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa. A companhia vem cumprindo com todas as obrigações do Plano de Segurança de Barragem (PSB), conforme estabelecido no Resolução Normativa (REN) nº 1.064, de 2 de maio de 2023, como por exemplo, realização de simulados de emergência com a população local, defesa civil e órgãos municipais, instalação de sirenes e outras ações.

As perspectivas para o exercício de 2026 e futuros são de otimização operacional, com busca de redução de custos e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

Desempenho Operacional

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2023	23,1
2024	23,1
2025	23,1
2026	23,1
2027 a 2047	23,1

Em 2025, o volume de venda no ACR foi de 23,1 MWmédios, o mesmo se comparado a 2024.

Comentário financeiro

Desempenho financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ M)	2025	2024	Varição 2025/2024
Receita Operacional Líquida	65.503	62.566	4,7%
Despesa Operacional (+) Depreciação e amortização	-45.241	-41.212	9,8%
Lucro Bruto	20.262	21.354	-5,1%
Despesas Gerais e Administrativas	-3.666	-3.342	9,7%
Outras Receitas e Despesas		6.073	100,0%
Reversão de perda por redução ao valor recuperável		18.316	-100,0%
Resultado Financeiro	-6.202	-4.119	50,6%
Resultado antes do Imposto	10.394	38.282	-72,8%
IR/CSLL	-2.668	-3.245	-17,8%
Lucro Líquido	7.725	35.038	-78,0%
Margem EBITDA	31%	34%	-9,4%

Em 2025, a Guanhões Energia teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$ 65.503 mil, 4,7% acima da realizada em 2024 em decorrência do reajuste anual dos contratos; (ii)

despesa com compra de energia de R\$ 14.615 mil, 64% acima de 2024. Tal fato ocorreu devido a novas Funções de Custo Futuro dos modelos NEWAVE e DECOMP para o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) a partir do dia 02/03/2025. (iii) despesa operacional de R\$ 8.298 mil, 16% menor do que o registrado no ano anterior, devido principalmente pelo replanejamento de atividades para 2026; (iv) EBITDA de R\$ 37.576 mil, 3,5% abaixo do ano anterior e (v) Lucro Líquido de R\$ 7.725 mil ante os R\$ 35.038 mil reportado em 2024.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor de R\$ 57,1 milhões em 2025. O saldo da dívida está em R\$ 65,2 milhões, restando 56 parcelas, com conclusão em 2030.

Investimentos

Em 2025, a Companhia aumentou seu volume de investimento, totalizando R\$ 26.920 milhões. Foram realizados investimentos relevantes, principalmente em função de obras voltadas para instrumentação e vedação de percolações na PCH Senhora do Porto, além das aquisições inicialmente previstas de peças sobressalentes.

Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

Além disso, atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implementados ao longo do período de implantação do empreendimento e que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.



Shape the future
with confidence

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Guanhães Energia S.A.
Dores de Guanhães - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Guanhães Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção



**Shape the future
with confidence**

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Shape the future
with confidence

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes'.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Guanhães Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	31	6.361	6.093	14.583
Aplicações financeiras e numerários restritos	4	-	-	2.000	5.078
Concessionárias, permissionárias e clientes	5	-	-	7.901	7.739
Outros créditos	6	6.243	3.409	7.234	4.324
Créditos a receber com partes relacionadas	6	7.470	5.020	-	-
Tributos a recuperar		248	23	1.678	452
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		13.992	14.813	24.906	32.176
Tributos a recuperar		-	145	-	1.147
Outros créditos	6	3.834	13.469	3.834	13.469
Aplicações financeiras e numerários restritos	4	4.696	4.821	9.393	9.638
Depósitos judiciais		-	-	1.229	1.297
Investimentos	7	363.114	355.679	-	-
Imobilizado	8	43	25	402.557	396.451
Intangível	9	162	53	3.413	3.395
		-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		371.849	374.192	420.426	425.397
TOTAL DO ATIVO		385.841	389.005	445.332	457.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	10	186	7	5.035	5.577
Tributos a recolher		230	34	1.718	1.863
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	13.731	13.426
Outros débitos		-	96	71	203
Débitos a pagar com partes relacionadas	19	15.471	13.555	6.827	9.590
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		15.887	13.692	27.382	30.659
Tributos a recolher		-	-	939	972
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	51.486	63.779
Parcelamentos de tributos		-	-	1.339	1.602
Outros débitos		-	-	4.472	4.561
Débitos a pagar com partes relacionadas	19	10.240	19.313	-	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.240	19.313	58.236	70.914
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12				
Capital social		322.346	313.317	322.346	313.317
Capital social a integralizar		(4.719)	-	(4.719)	-
Reserva legal		4.206	3.430	4.206	3.430
Reserva de retenção de lucros		37.881	39.253	37.881	39.253
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		359.714	356.000	359.714	356.000
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		385.841	389.005	445.332	457.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA LÍQUIDA	13	-	-	65.503	62.566
CUSTO DA OPERAÇÃO	14	-	-	(45.132)	(41.212)
LUCRO BRUTO		-		20.371	21.354
DESPESA OPERAÇÃO		7.480	34.778	(3.774)	21.048
Despesas gerais e administrativas	15	(180)	(57)	(3.774)	(3.341)
Outras (receitas) despesas		-	-	-	6.073
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	8	-	-	-	18.316
Equivalência patrimonial	7	7.660	34.835	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.480	34.778	16.597	42.402
RESULTADO FINANCEIRO	16	381	360	(6.202)	(4.119)
Receitas financeiras		874	552	2.418	4.142
Despesas financeiras		(493)	(192)	(8.620)	(8.261)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.861	35.138	10.395	38.283
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(136)	(100)	(2.670)	(3.245)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.725	35.038	7.725	35.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	7.725	35.038	7.725	35.038
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	7.725	35.038	7.725	35.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Reserva de lucros retidos	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	313.317	-	2.068	9.820	29.463	-	354.668
Dividendos pagos	-	-	-	(9.820)	-	-	(9.820)
Distribuição de dividendos retidos	-	-	-	-	(23.886)	-	(23.886)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.038	35.038
Reserva legal	-	-	1.752	-	-	(1.752)	-
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	-	-	-	8.322	-	(8.322)	-
Const. de reserva de lucros retidos	-	-	-	-	24.964	(24.964)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	313.317	-	3.820	8.322	30.541	-	356.000
Integralização de Capital	9.029	-	-	-	-	-	9.029
Capital a Integralizar	-	(4.719)	-	-	-	-	(4.719)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	(8.322)	-	-	(8.322)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.725	7.725
Reserva legal	-	-	386	-	-	(386)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	1.835	-	(1.835)	-
Const. de reserva de lucros retidos	-	-	-	-	5.504	(5.504)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	322.346	(4.719)	4.206	1.835	36.045	-	359.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.522)	10.947	40.587	48.934
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	220	325	37.909	49.242
Lucro do exercício	7.725	35.038	7.725	35.038
Reversão para redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	(18.315)
Provisão para IRPJ e CSLL	136	100	2.670	3.245
Despesas com juros sobre financiamentos	-	-	7.287	7.241
Depreciação do ativo imobilizado	6	8	20.027	20.803
Amortização do ativo intangível	13	14	178	179
Baixas de ativo imobilizado	-	-	22	1.051
Resultado de equivalência patrimonial	(7.660)	(34.835)	-	-
Variações nos ativos e passivos	(2.742)	10.622	2.678	(308)
Tributos a recuperar	(80)	(15)	(79)	(381)
Deposito judicial	-	-	68	(20)
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	(162)	1.452
Outros créditos	(2.806)	10.747	6.725	(2.623)
Fornecedores	180	(24)	(542)	4.054
Tributos a recolher	143	(60)	(483)	(417)
IRSL/CSLL pagos	(83)	(60)	(2.365)	(2.164)
Parcelamentos	-	-	(263)	(336)
Outros débitos	(96)	34	(221)	127
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	204	28.916	(23.028)	104.379
Aquisição de bens de ativo imobilizado	(24)	(11)	(26.155)	(12.906)
Aquisição de bens de ativo intangível	(122)	-	(196)	(46)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	125	241	3.323	117.331
Integralização de capital social em investidas e AFAC	(20.153)	-	-	-
Dividendos e redução de capital recebidos	20.378	28.686	-	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	(4.012)	(33.706)	(26.049)	(142.056)
Distribuição de dividendos	(8.322)	(33.706)	(11.084)	(24.116)
Aumento (Redução) de capital social	4.310	-	4.310	(97.820)
Pagamento de juros sobre financiamento	-	-	(5.536)	(6.609)
Amortização de principal de financiamentos	-	-	(13.739)	(13.511)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(6.330)	6.157	(8.490)	11.257
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.361	204	14.583	3.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31	6361	6.093	14.583
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.330)	6.157	(8.490)	11.257

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 1.2, compõem o Grupo Guanhães (“Grupo Guanhães” ou “Grupo”).

1.2 ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

- **PCH Dores de Guanhães S.A. (“PCH Dores de Guanhães”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dores de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dores de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dores de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Fortuna II S.A. (“PCH Fortuna II”, 100%)** - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Jacaré S.A. (“PCH Jacaré”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dores de Guanhões. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Senhora do Porto S.A. (“PCH Senhora do Porto”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dores de Guanhões. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	jan/2033
PCH Fortuna II	dez/2001	jan/2032
PCH Jacaré	out/2002	nov/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	dez/2032

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 638 é de 30 anos, com vencimento previsto para novembro de 2032. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração, para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre: extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) naquilo que não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

de Administração em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados na controladora com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e estão consolidadas integralmente.

2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.5);
- Avaliações de indicadores e teste de impairment de ativos financeiros e não financeiros (notas 3.15 e 7);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.8.2 e 22);

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

2.7 Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, na controladora, passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 1.895 (em 2024, ativos circulantes excedentes aos passivos circulantes no montante R\$ 1.121). No consolidado, apresentou passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 2.476 (em 2024, ativos circulantes excedentes aos passivos circulantes no montante R\$ 1.517), e os lucros acumulados em 2025 foram de R\$ 7.725 (R\$ 35.038 em 2024).

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.5 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As taxas médias de depreciação estão demonstradas a seguir:

<u>GRUPO DE ATIVOS</u>	<u>TAXA MÉDIA DE DEPRECIAÇÃO</u>
TERRENOS	4,06%
RESERVATORIOS, BARRAGENS E ADUTORAS	3,99%
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	4,01%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4,38%
MOVEIS E UTENSILIOS	6,25%

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada, conforme a seguir.

<u>GRUPO DE ATIVOS</u>	<u>TAXA MÉDIA DE DEPRECIAÇÃO</u>
SERVIDOES	4,09%

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2025, foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido, mas após estudo, o resultado da avaliação destacou não haver necessidade de provisão.

3.8 Provisões

3.8.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.8.2 Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.9.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.12 Rateio de despesas entre as PCHs

O rateio das despesas administrativas refere-se ao compartilhamento da estrutura da sede administrativa da Guanhães Energia em comum acordo entre as partes, onde foi estabelecido por meio de contrato o repasse das despesas nas seguintes proporções:

- PCH Dores de Guanhães S.A.: 29,83%
- PCH Senhora d Porto S.A.: 25,94%
- PCH Jacaré S.A.: 19,98%
- PCH Fortuna II S.A.: 24,25%

3.13 Imposto de renda e contribuição social

i) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda - 15% aplicado sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições e exclusões, acrescidos do adicional de 10% quando exceder R\$ 20 ao mês, no limite de R\$ 240 ao ano;
- Contribuição social - 9% aplicado sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições e exclusões;

O regime de tributação das controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$ 60 do trimestre.
- Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, sendo a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.14 Instrumentos financeiros

3.14.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.16 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas bancárias	31	6.361	6.093	14.583
Total	31	6.361	6.093	14.583

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o numerário disponível da Companhia não possui remuneração.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NUMERÁRIOS RESTRITOS

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.000	-	2.000	5.078	-	5.078
Conta reserva -BNDES	-	9.393	9.394	-	9.638	9.638
Total	2.000	9.393	11.394	5.078	9.638	14.716

As aplicações financeiras e numerários restritos são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do Banco. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento.

A remuneração média das aplicações é de 92,60% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 98% em 31 de dezembro de 2024.

5. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	7.901	7.739
Total	-	-	7.901	7.739

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a receber consolidado de R\$7.901 (R\$ 7.739 em 31 de dezembro de 2024) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	6.243	3.409	7.234	4.324
Outros créditos	-	6	991	921
Partes relacionadas (a)	6.243	3.403	6.243	3.403
Não Circulante	3.834	13.469	3.834	13.469
Outros créditos	-	-	-	-
Partes relacionadas (a)	3.834	13.469	3.834	13.469
Total	10.077	16.878	11.068	17.793

(a) A sentença do CEJUSC/BH nos autos do procedimento nº 5134752-69.2024.8.13.0024 datada de 14/06/2024 garantiu à PCH Jacaré a indenização aos gastos destinados a conclusão da obra objeto do Contrato nº 02 firmado em 2012 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE de Minas Gerais e CEMIG (Guanhães) para ampliação das linhas de transmissão e subestação da STA Jacaré. A indenização será quitada em 36 parcelas a serem recebidas pela CEMIG (acionista com participação de 49% da Guanhães Energia) para subsequente repasse a PCH Jacaré.

7. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31.12.2025	31.12.2024
PCH Dores de Guanhães	77.830	78.619
PCH Fortuna II	79.958	83.495
PCH Jacaré	116.646	127.083
PCH Senhora do Porto	88.680	66.482
Total Investimentos	363.114	355.679

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2025 e 2024:

Controladora											
	31.12.2023	Integralização/ Redução de Capital	Recomposição do Capital	Distribuição de dividendos	Equivalência Patrimonial	31.12.2024	Integralização/ Redução de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência Patrimonial	31.12.2025
PCH Dores de Guanhães	88.369	(6.973)	-	(8.050)	5.275	78.619	-	-	(4.748)	3.959	77.830
PCH Fortuna II	86.224	-	-	(3.086)	357	83.495	-	-	(3.585)	48	79.958
PCH Jacaré	99.418	-	5.844	(3.004)	24.826	127.083	-	-	(11.005)	568	116.646
PCH Senhora do Porto	74.695	(8.053)	-	(4.538)	4.378	66.482	14.855	5.298	(1.040)	3.085	88.680
Total	348.706	(15.028)	5.844	(18.678)	34.835	355.679	14.855	5.298	(20.378)	7.660	363.114

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

Controladas	31.12.2025				31.12.2024			
	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
PCH Dores de Guanhães	72.976	101.423	77.831	3.959	72.976	105.312	78.619	5.274
PCH Fortuna II	73.233	96.471	79.958	48	73.233	102.411	83.495	357
PCH Jacaré	85.015	134.101	116.646	568	85.015	147.358	127.083	24.825
PCH Senhora do Porto	76.687	117.248	88.680	3.085	61.832	97.593	66.482	4.378

A seguir são apresentados os principais ativos e passivos das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como o resultado apurado nesses exercícios sociais:

ATIVO	31.12.2025				31.12.2024			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Circulante	4.993	3.763	13.503	4.951	4.780	4.628	13.229	3.838
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.911	1.702	2.272	2.177	1.933	2.934	7.101	1.333
Outros	3.082	2.061	11.231	2.774	2.847	1.694	6.128	2.505
Não Circulante	96.430	92.708	120.598	112.297	100.532	97.783	134.129	93.755
TOTAL DO ATIVO	101.423	96.471	134.101	117.248	105.312	102.411	147.358	97.593
PASSIVO								
Circulante	6.519	4.350	4.048	7.364	5.725	4.169	4.287	11.899
Empréstimos e financiamentos	4.183	2.880	2.734	3.934	4.079	2.807	2.704	3.836
Outros	2.336	1.470	1.314	3.430	1.646	1.362	1.583	8.063
Não Circulante	17.073	12.163	13.407	21.204	20.968	14.747	15.988	19.212
Empréstimos e financiamentos	15.339	10.559	11.163	14.425	19.034	13.102	13.744	17.900
Outros	1.734	1.604	2.244	6.779	1.934	1.645	2.244	1.312
Patrimônio Líquido	77.831	79.958	116.646	88.680	78.619	83.495	127.083	66.482
TOTAL DO PASSIVO	101.423	96.471	134.101	117.248	105.312	102.411	147.358	97.593

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

8. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Consolidado							Consolidado					
	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciações	Baixa e obrigações especiais	Transferências	Reversão de redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciações	Obrigações especiais	Saldos em 31.12.2025
IMOBILIZADO EM CURSO													
Terrenos	942	-	-	-	-	-	-	942	56	-	-	-	998
Reservatórios, barragens e adutoras	71	5.536	-	-	-	2.121	-	7.728	1.572	-	-	-	9.300
Máquinas e equipamentos	2.630	-	-	-	-	(24)	-	2.606	24.480	(14)	-	-	27.072
Moveis e utensílios	-	25	(9)	-	-	-	-	16	23	(8)	-	-	31
Total das Imobilizações em curso	3.643	5.561	(9)	-	-	2.097	-	11.292	26.131	(22)	-	-	37.401
SUBTOTAL EM CURSO	3.643	5.561	(9)	-	-	2.097	-	11.292	26.131	(22)	-	-	37.401
IMOBILIZADO EM SERVIÇO													
Terrenos	7.277	-	-	(362)	-	-	-	6.915	-	-	(362)	-	6.553
Reservatórios, barragens e adutoras	204.817	25	-	(10.155)	-	-	-	194.687	-	-	(10.155)	-	184.532
Edificações, obras Civas e benfeitorias	95.361	-	-	(4.729)	-	-	-	90.632	-	-	(4.729)	-	85.903
Máquinas e equipamentos	108.389	7.276	(1.029)	(5.554)	(14.091)	(2.097)	-	92.894	24	-	(5.556)	777	88.139
Moveis e utensílios	3	44	(13)	(3)	-	-	-	31	-	-	(2)	-	29
SUBTOTAL EM SERVIÇO	415.847	7.345	(1.042)	(20.803)	(14.091)	(2.097)	-	385.159	24	-	(20.804)	777	365.156
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável	(18.315)	-	-	-	-	-	18.315	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado	401.175	12.906	(1.051)	(20.803)	(14.091)	-	18.315	396.451	26.155	(22)	(20.804)	777	402.557

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), tendo identificado indícios de impairment na PCH Senhora do Porto.

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto em termos nominais de 10,65% (média entre as PCHs Controladas) e considerou a média de entrega de megawatts pela Companhia; a qual possui capacidade máxima de produção de 9MWh.

Em 31 de dezembro 2025 foram observados indicativos de que os ativos relevantes da referida Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido, mas após estudo, o resultado da avaliação destacou não haver necessidade de provisão.

Contrato nº 02 de 2012 SEDE e CEMIG – ampliação de STA Jacaré

Em 2012, o contrato nº 02 foi firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE de Minas Gerais e CEMIG para execução de obra nas linhas de transmissão e subestação com escopo de extensão do sistema de transmissão da SE Jacaré, a partir de linhas já existentes.

O valor total do contrato não foi repassado a PCH Jacaré na data da obra de construção que recorreu a processo em tribunal arbitral para recebimento do valor residual. Mesmo sem o repasse da verba, a companhia deu continuidade às obras concluindo a extensão da subestação de transmissão, conforme previsto no contrato, com recursos próprios.

A unitização dos bens do ativo imobilizado realizada em 2019 foi executada sob a supervisão da Conexão Energia, auditoria regulatória contratada para a unitização dos ativos de Guanhães, com o detalhamento dos ativos unitizados na PCH Jacaré e atualmente utilizados como base para atendimento anual do RCP – Relatório de Controle Patrimonial Anual – para a Aneel.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 44, da Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010, todo o gasto realizado pela PCH Jacaré para ampliação da SE e LT foi incorporado aos ativos existentes, unitizados em 2019 em conjunto aos demais itens do ativo imobilizado.

A sentença do CEJUSC/BH nos autos do procedimento nº 5134752-69.2024.8.13.0024 datada de 14/06/2024 garantiu à PCH Jacaré a indenização aos gastos destinados a conclusão da obra a ser inicialmente custeado pelo governo de Minas Gerais sendo determinado o pagamento em 36 parcelas a serem recebidas pela CEMIG (acionista com participação de 49% da Guanhães Energia) para repasse a usina.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O valor principal atrelado ao custeio da obra, seguindo os mesmos parâmetros do passado, foi lançado como obrigação especial redutora do ativo imobilizado em serviços (considerando os bens em operação) e está sendo repassado pela Guanhães Energia após o pagamento pela CEMIG.

9. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Consolidado						
	Saldos em 31.12.2023	Adições	Amortização	Saldos em 31.12.2024	Adições	Amortização	Saldos em 31.12.2025
INTANGÍVEL EM CURSO							
Servidão	144	-	-	144	196	-	340
Total Intangível em curso	144	-	-	144	196	-	340
INTANGÍVEL							
Software	67	-	-	67	-	(13)	54
Servidão	3.317	46	(179)	3.184	-	(165)	3.019
Total Intangível em serviço	3.384	46	(179)	3.251	-	(178)	3.073
Total do Intangível	3.528	46	(179)	3.395	196	(178)	3.413

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores				
Compra de energia (a)	-	-	2.180	508
Materiais e serviços (b)	186	7	2.855	5.069
Total	186	7	5.035	5.577

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (b) O aumento de materiais e serviços em 2024 está associado a compras de itens destinados à manutenção das usinas da Companhia, sendo inicialmente classificados em estoques e quando utilizados destinados a uso e consumo ou ativo imobilizado dependendo da aplicação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Decorre substancialmente do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção das PCH's, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo (valores originalmente contratados):

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor atualizado utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.800	29.803	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.369	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP	400	414	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	42.300	42.300	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	14.800	14.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP	600	620	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	39.400	39.400	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	13.900	13.563	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30
Total do financiamento					191.900	190.722			

Segue abaixo a movimentação do financiamento e empréstimos nos exercícios de 2025 e 2024:

	Consolidado do financiamento		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2023	77.977	12.107	90.084
Amortização de principal	(13.512)	-	(13.512)
Encargos, juros e correções	-	7.243	7.243
Encargos pagos	-	(6.609)	(6.609)
Saldo em 31.12.2024	64.465	12.741	77.205
Amortização de principal	(13.719)	-	(13.719)
Encargos, juros e correções	-	7.287	7.287
Apropriação de juros ao principal	2.690	(2.690)	-
Encargos pagos	-	(5.557)	(5.557)
Saldo em 31.12.2025	53.436	11.781	65.217

	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2025	31.12.2024
Financiamentos (BNDES)	11.248	2.483	13.731	42.188	9.298	51.486	65.217	77.205
Total	11.248	2.483	13.731	42.188	9.298	51.486	65.217	77.205

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Consolidado			
2025		2024	
2027	13.731	2026	13.426
2028	13.731	2027	13.426
2029	13.731	2028	13.426
Após 2029	10.293	Após 2028	23.501
Total	51.486	Total	63.779

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

Covenants

Os contratos de financiamento com o BNDES firmados pelas PCHs preveem cláusulas restritivas usuais de mercado, incluindo a apuração anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), com mínimo de 1,3. O eventual não atendimento desse indicador pode implicar restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio acima do mínimo legal, além de outras medidas previstas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado no nível consolidado apresentou-se abaixo do limite estabelecido. Contudo, os índices apurados individualmente por PCH atenderam aos parâmetros contratuais, não caracterizando descumprimento de covenants individualmente, conforme disposto nos respectivos contratos. Nesse sentido, a Companhia solicitou e foi obtido o waiver junto ao BNDES, em 15 de dezembro de 2025, para o referido covenant.

Dessa forma, não houve alteração nas cláusulas contratuais e não houve requerimento de reclassificação das dívidas para o curto prazo em razão de vencimento antecipado.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 322.346 (R\$ 313.317 em 2024), sendo R\$ 4.719 referentes a capital a integralizar. Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ACIONISTAS	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
Brasal Energia S.A.	286.900.323	51	279.799.260	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	275.649.330	49	268.826.740	49
Total Geral	562.549.653	100	548.626.000	100

As ações da Brasal Energia S.A. são do tipo ordinárias nominativas A, enquanto da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) ordinárias nominativas de classe B, ambas sem valor nominal e totalmente subscritas. Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

b) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 386.

a) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram destinados R\$1.835 como distribuição de dividendos aos acionistas, tendo sido aprovado o pagamento do montante de R\$ 8.322 provisionado em 2024.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, "Lei das S.A.", a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2025, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2026. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial no montante de R\$ 1.835, referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

c) Reserva de lucros retidos

O lucro excedente não distribuído foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucro no valor de R\$ 36.045.

13. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia	-	-	67.985	65.166
(-) PIS e COFINS	-	-	(2.482)	(2.600)
TOTAL	-	-	65.503	62.566

	2025				2024			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Suprimento de energia	20.879	13.610	14.402	19.094	19.949	12.988	13.998	18.231
Deduções da Receita	(762)	(497)	(526)	(697)	(730)	(474)	(728)	(668)
TOTAL	20.117	13.113	13.876	18.397	19.219	12.514	13.270	17.563

As receitas consolidadas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados pelas PCHs no ambiente de contratação regulado ("ACR"), pela participação no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, as PCHs's investidas recorrem ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. CUSTOS DA OPERAÇÃO

CUSTOS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Compra de Energia elétrica	-	-	(14.615)	(8.890)
Materiais	-	-	(999)	(3.007)
Encargos e taxas	-	-	(252)	(2.737)
Serviços de terceiros	-	-	(7.047)	(4.615)
Depreciações e amortizações	-	-	(20.205)	(20.913)
Outros custos	-	-	(2.014)	(1.050)
TOTAL	-	-	(45.132)	(41.212)

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2025				2024			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PHC FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Energia comprada	(4.116)	(2.975)	(3.034)	(4.490)	(2.582)	(1.833)	(1.866)	(2.609)
Outras	(8.082)	(7.444)	(7.795)	(7.205)	(7.611)	(7.837)	(8.656)	(8.218)
TOTAL	(12.198)	(10.419)	(10.829)	(11.695)	(10.193)	(9.670)	(10.522)	(10.827)

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e encargos	-	-	(1.625)	(868)
Administrativas	(180)	(57)	(509)	(424)
Serviços de terceiros	-	-	(1.640)	(2049)
Total	(180)	(57)	(3.774)	(3.341)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	874	552	1.960	4.142
Outras receitas financeiras	-	-	458	1
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	874	552	2.418	4.143
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas financeiras	(44)	(26)	(70)	(133)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(63)	(7.287)	(7.241)
Outras despesas financeiras	(449)	(103)	(1.263)	(888)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(493)	(192)	(8.620)	(8.262)
RESULTADO FINANCEIRO	381	360	(6.202)	(4.119)

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de Energia	-	-	67.985	65.166
Receitas financeiras	874	552	2.418	4.143
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	-	-	5.439	5.213
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	2.240	3.953
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
(-) Despesas dedutíveis	180	189	-	-
Total da base IRPJ	696	332	7.679	9.166
IRPJ-15%	95	54	1.152	1.375
Adicional IRPJ- 10%	-	13	606	810
Total IRPJ	95	67	1.758	2.185
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	-	8.158	7.820
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	2.238	3.953
Total da base CSLL	696	332	10.396	11.773
CSLL - 9%	41	33	912	1.060
Imposto de renda e contribuição social	136	100	2.670	3.245

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladora						
31.12.2025				31.12.2024		
ATIVO	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	31	-	6.361	-
Créditos com partes relacionadas	-	Custo amortizado	10.077	-	16.878	-
Total			10.108	-	23.239	-
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo amortizado	186	-	7	-
Outros débitos	-	Custo amortizado	-	-	96	-
Total			186	-	103	-

Consolidado						
31.12.2025				31.12.2024		
ATIVO	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	6.093	-	14.583	-
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	2.000	2.000	5.078	5.078
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	Custo amortizado	7.901	-	7.739	-
Total			15.994	2.000	27.400	5.078
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.035	-	5.577	-
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	65.217	-	77.205	-
Outros débitos	-	Custo amortizado	71	-	203	-
Total			70.323	-	82.985	-

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo. Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Controladora				Consolidado				
31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025		31.12.2024		
R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	
CDI	-	0%	-	0%	2.000	0%	5.078	0%
TJLP	-	-	-	-	65.217	100%	77.205	100%
Total	-	0%	-	0%	67.217	100%	82.283	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos das PCH's, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2025. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2025).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2025).

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Consolidado					
Operação	Risco	Saldos Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			255	191	128
Aplicações financeiras e numerários restritos	CDI	2.000	255	191	128
PASSIVOS FINANCEIROS			(5.250)	(6.562)	(7.875)
Financiamentos - BNDES	TJLP	65.217	(5.250)	(6.562)	(7.875)
TOTAL			(4.995)	(6.371)	(7.748)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2026)				8,05%	12,08%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2026)				12,75%	6,38%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 11.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Instrumentos Financeiros	Controladora					Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	3.436	10.295	51.258	229	65.217
Fornecedores	186	-	-	-	186	4.198	837	-	-	5.035

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado. A Companhia e suas investidas não possuem direitos ou obrigações de riscos hidrológicos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Dívida de empréstimos e financiamentos	-	-	65.217	77.205
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	31	6.361	6.093	14.583
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (Nota 4)	-	-	2.000	5.078
Dívida líquida (A)	(31)	(6.361)	57.124	57.543
Patrimônio líquido (B)	359.714	356.000	359.714	356.000
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	0%	-2%	14%	14%

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladora							
Contratos com o mesmo grupo	Valor Original	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo		Despesas	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
				Passivo		Resultado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Emissão de notas de débitos para PCH Dores de Guanhães referente a reembolso de despesas administrativas	1.083	2025	Notas de débitos	368	178	1.275	824
Emissão de notas de débitos para PCH Senhora do Porto referente a reembolso de despesas administrativas	775	2025	Notas de débitos	532	155	775	716
Emissão de notas de débitos para PCH Jacaré referente a reembolso de despesas administrativas	789	2025	Notas de débitos	246	119	981	552
Emissão de notas de débitos para PCH Fortuna II referente a reembolso de despesas administrativas	725	2025	Notas de débitos	298	145	725	670
Repasse referente ao ressarcimento do STA para a PCH Jacaré	16.484	2026	N/A	16.484	23.236	-	-
Dividendos antecipados para a PCH Jacaré	2.400	2025	N/A	2.400	-	-	-

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Consolidado						
Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com Partes relacionadas	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2025
Dores de Guanhães	<u>Contrato Comercialização de Energia</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	6.196	jan/18	dez/47	4.543
Dores de Guanhães	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	set/27	204
Dores de Guanhães	<u>Contrato estratégico</u> Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-
Dores de Guanhães	<u>Contrato de Uso de Rede de Distribuição</u> Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Dores de Guanhães com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	2.333	mai/19	mai/26	-
Jacaré	<u>Contrato Comercialização de Energia</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	4.276	jan/18	dez/47	3.135
Jacaré	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204
Jacaré	<u>Contrato estratégico</u> Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico,	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Jacaré	marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim Contrato de Uso de Rede de Distribuição Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Jacaré com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	1.568	mai/19	mai/26	-
Senhora do Porto	Contrato Comercialização de Energia Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	5.673	jan/18	dez/47	4.159
Senhora do Porto	Contrato estratégico Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204
Senhora do Porto	Contrato estratégico Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-
Senhora do Porto	Contrato de Uso de Rede de Distribuição Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Senhora do Porto com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG GT	2.056	mai/19	mai/26	-
Fortuna II	Contrato Comercialização de Energia Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)	CEMIG GT	4.015	jan/18	dez/47	2.944
Fortuna II	Contrato estratégico Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG GT	2.783	mai/23	mai/25	204
Fortuna II	Contrato estratégico Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria,	BRASAL PARTICIPAÇÕES	319	nov/22	Indeterminado	-

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim

Fortuna II	Contrato de Uso de Rede de Distribuição	CEMIG GT	1.497	mai/19	mai/26	-
	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)					

Vínculo Contratual	Vínculo	Ativo		Passivo		Despesa		Receita	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Dores de Guanhães com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG	-	-	-	-	1.696	1.595	-	-
Contrato de serviços de Coordenação e Execução de Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG	-	-	740	-	2.104	1.956	-	-
Contrato tem por objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo	BRASAL PARTICIPAÇÕES	-	-	205	12	597	562	-	-

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim.

Contrato de venda de energia	CEMIG	29	29	-	-	-	-	1.097	1.046
------------------------------	-------	----	----	---	---	---	---	-------	-------

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. SEGUROS

A Companhia e suas investidas possuem seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2025:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2025:

Riscos	Controladas	Data da Vigência		Importância Segurada	LMI
		De	Até		
Risco de Operacional	PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2025	30/11/2026	86.361	111.584
Risco de Operacional	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2025	30/11/2026	86.004	111.584
Risco de Operacional	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2025	30/11/2026	68.899	111.584
Risco de Operacional	PCH Jacaré S.A.	30/11/2025	30/11/2026	59.833	111.584
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Fortuna II S.A.	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Jacaré S.A.	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000

Os seguros da Companhia e investidas são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

As PCH's investidas pela Companhia possuem compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada total (MW médio) (*)			
	2026	2027	2028	2029 a 2047
Dores de Guanhães	7,1	7,1	7,1	7,1
Senhora do Porto	6,5	6,5	6,5	6,5
Fortuna II	4,9	4,9	4,9	4,9
Jacaré	4,6	4,6	4,6	4,9
Total	23,1	23,1	23,1	23,1

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Os compromissos de venda de energia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

22. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possui processos de natureza cível em contingência passiva para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são de viés “possível” e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações trabalhistas	1	5.377	-	-
Total	1	5.377	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 existe apenas um processo de natureza trabalhista em contingência passiva na PCH Senhora do Porto para o qual a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que o risco de perda é possível e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Em relação a contingência Ativa a Companhia possui processo judicial de natureza tributária e cível para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são remotos e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.
